ou a busca da alegria de aprender. Porto : Edições Asa, 2004.
BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Editora 34, 2009.
DERDYK, Edith. Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil. São Paulo: editora Scipione, 1989.
DERDYK, Edith Disegno, desenho, desígnio. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

HOLM, Anna Marie. Baby-Art – Os primeiros passos com a arte. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2007.
IAVELBEG, R. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

# MÃE E EDUCADORA- SÍNDROME DE DOWN

CÉLIA DA SILVA MORAES

## RESUMO

Este trabalho aborda o tema Síndrome de Down e a inclusão com o objetivo de mostra minhas experiências enquanto mãe e o desafio enquanto educadora , pois enquanto mãe fui aprendendo lidando no dia a dia e enquanto educadora e precisei buscar estudo, metodologias, estratégias de ensino e mostrar a importância da parceria escola-família, entendo que a inclusão só será possível quando a escola estiver adaptada e com profissionais capacitados, pois assim será capaz de alfabetizar crianças com Síndrome de Down respeitando o tempo e as limitações da criança , pois percebe-se as necessidades de capacitação dos professores e o investimento na valorização dos profissionais da educação, bem como a adaptação da estrutura física da escola. E que a família deve sempre participar de perto da vida escolar da criança, trocando informações e experiências assim ajudando no direcionamento dos trabalhos visto que o diálogo com a família e essencial e traz grandes benefícios ao desenvolvimento da criança
**PALAVRAS-CHAVE:** Síndrome de Down – desafios

## INTRODUÇÃO

Sou mãe e educadora de crianças com Síndrome de Down
Sabemos que a inclusão se faz necessária, pois é um caminho importante para a sociedade como o todo, principalmente para as pessoas com necessidades especiais. Vejo a inclusão como um desafio, pois requer quebra de paradigmas, enfrentamento do desconhecido, aceitação do não, saber efetivar na pratica os princípios que fundamentam uma escola inclusiva onde se busca uma escola igualitária ou seja escola para todos.
Trabalhar com alunos que tem necessidades especiais não é fácil, é um enorme desafio... E para vencer essas barreiras, contudo o profissional tem que ser perseverante, utilizar sua criatividade e principalmente se atualizar constantemente sobre os novos fatos, a fim de que o educando evolua constantemente dentro de um processo considerado normal.
A discussão da igualdade na escola está contida no direito de todos a educação. Precisamos perceber a importância e a extensão deste direito e respeita-lo. Nós educadores somos a ponte para esta conquista social seja real, na qual eu me engajo de corpo e alma enquanto educadora e mãe de criança com necessidades especiais (Síndrome de Down) e deixo claro que já visto esta camisa.
Penso e acredito que precisamos sempre nos atualizar através de palestra, curso, debates, troca de experiências buscando sempre mais informações sobre o assunto, pois não temos receita pronta para a inclusão.
Valorizar e estimula o docente a produzir cada vez mais e melhor, pois não há felicidade maior do que ver um aluno descobrindo suas potencialidades, provando que é capaz de desenvolver qualquer atividade em sua vida social
Estou muito feliz em perceber que os trabalhos não pararam e que as escolas estão cada vez mais preparadas e sempre pronta as trocas de experiências pois também isto é um aprendizado para cada um de nós, acredito que cada dia temos algo novo para aprendemos e ensinamos as estas crianças.



Deixo aqui meus sinceros agradecimentos por ter tido a oportunidade de elaborar e compartilhar minhas experiências.

Capitulo I

HISTÓRICO

O registro mais antigo da Síndrome de Down foi derivado de escavações de um crânio saxônio apresentando mudanças estruturais vistas em indivíduos com Síndrome de Down datado no século VII, no Reino Unido.

Desde o século XIX, há trabalhos científicos a respeito da Síndrome de Down, mas é provável que ela sempre tenha existido em nossa espécie

Há referências de pessoas com Síndrome de Down na cultura dos Olmecas, pois nesta região foram encontradas esculturas e desenhos de adultos e crianças com a fisionomia de indivíduos com Síndrome de Down. Os desenhos encontrados representavam objetos religiosos, pois os Olmecas acreditavam que os portadores dessa síndrome fossem resultado de um cruzamento entre mulheres de idade avançada com o Jaguar, considerado como objeto de culto religioso.

Em uma parte da América Central existiam estatuetas de pessoas com Síndrome de Down e várias representações de relações sexuais entre mulheres e onças e esse relacionamento ajudaria a esclarecer para o povo o nascimento das crianças com Síndrome, já que o totem desse povo, era a onça.

Durante a Idade Média, a humanidade começou a pensar de outra forma: os indivíduos deficientes eram muito discriminados e até abandonados, pois acreditava-se que essas pessoas não eram humanas e sim um monstro que pertencia a outra espécie. Eles acreditavam que os deficientes eram considerados como resultado da união entre o demônio e uma mulher. Por esse motivo, Lutero, que viveu no século XVI, ordenava que a criança e sua mãe fossem sacrificadas.

Foi proposta uma abordagem diferente por Santo Agostinho. Ele acreditava que o fato de as crianças nascerem com alguma deficiência não tinha nenhuma relação com uma vingança divina e, portanto, acreditava na inocência dessas crianças.

Andrea Mantegna, que tinha um filho com Síndrome de Down, pintou vários quadros de Madonas com o Menino Jesus com as caraterísticas de um portador dessa síndrome, no século XV.

No século XIX, John Langdon Down acreditava que a condição que chamamos de Síndrome de Down era um retorno a um tipo racial primitivo, por isso, Down criou o termo “mongoloide”. John Langdon Down descreveu essa Síndrome que leva o seu nome, em 1866, como uma entidade clínica peculiar e ajudou a diferenciar essa síndrome do Hipotireoidismo Congênito. Em 1896, Telford Smith utilizou um hormônio tireoidiano em pessoas com Síndrome de Down e obteve bons resultados, o qual deu origem ao tratamento utilizado em portadores de Síndrome de Down eutireoidianos.

Foi em 1932 que o oftalmologista Waardemberg descobriu que a Síndrome de Down poderia ser decorrente de uma aberração cromossômica e, dois anos depois, Adrian Bleyer informou que essa aberração poderia ser decorrente de uma trissomia. Oster destacou, em 1953, dez características que seriam mais marcantes a seu ver: olhos oblíquos, dentes pequenos, occipital achatado, mãos grossas e curtas, palato elevado em ogiva, dobra palmar, hipotonia muscular, prega epicantal, língua sulcada e
dedo mínimo arqueado.

Em 1956, foi estabelecido que o número normal de pares de cromossomos era 23, sendo um par de cromossomos sexuais. Em 1959, foi descrita a presença de um cromossomo extra pelo Dr. Jerome Lejeune e cols e por Patrícia A. Jacobs e cols. Em 1960, foi descrita a presença de translocação cromossômica em alguns portadores de Síndrome de Down por Polani e cols.

Clarke e cols descreveram em 1961, os primeiros casos de mosaicismo. A partir daí, o termo “mongoloide” começou então a ser criticado por pesquisadores e pelos pais das crianças portadoras de Síndrome de Down. Durante uma reunião da Organização Mundial de Saúde (OMS), a delegação mongólica solicitou que não se utilizasse mais esse termo.

No ano de 1967, Bazelon e cols escreveram sobre a possível regressão da hipotonia muscular em crianças com Síndrome de Down, pela administração de 5- hidroxitriptofano. Três anos depois, Fenichel ana-

lisou a ação de neurotransmissores, principalmente da serotonina, sobre o tônus muscular. Então, ele sugeriu a administração de uma dose extra de triptofano (3mg / Kg / dia) em portadores de Síndrome de Down que possuem baixo nível de serotonina, o que melhoraria o tônus muscular.
Foram publicados muitos relatórios médicos, no início deste século, descrevendo as anormalidades que aparecem em portadores de Síndrome de Down e um desses relatórios publicou que os portadores dessa Síndrome apresentam maior probabilidade de apresentarem doenças cardíacas congênitas.
Capitulo II
O que é Síndrome de Down?

Recebe o nome em homenagem a John Langdon Down, médico britânico que descreveu a síndrome em 1862. A sua causa genética foi descoberta em 1958 pelo professor Jérôme Lejeune , que descobriu uma cópia extra do cromossoma 21 É o distúrbio genético mais comum, estimado em 1 a cada 1000 nascimentos.




É a forma mais frequente de retardo mental e é entendida como uma alteração genética que prejudica o funcional adequado das funções neurológicas, que são alteradas em suas funções básicas. É normalmente acompanhada de complicações clínicas que acabam por interferir no desenvolvimento global da criança portadora, e consequentemente em sua aprendizagem. Algumas das principais deficiências que acometem a síndrome e implicam dificuldades ao desenvolvimento são: alterações auditivas e visuais; dificuldades na organização de atos cognitivos e condutas;
Debilidades na associação e programação de sequências; e alterações nos conceitos de tempo e espaço.
No entanto, existe um consenso na comunidade científica de que a adequada educação e estímulo proporcionados a estes indivíduos são significativos para a melhora de seu desenvolvimento e potencial, podendo as generalizações e limitações quanto à capacidade de aprendizagem ser minimizadas. Este artigo visa apresentar algumas destas possibilidades e recursos que poderão contribuir significativamente para um melhor desenvolvimento educacional da síndrome de Down.
Inicialmente, um dos cuidados primordiais que se deve ter é em relação à interação e comunicação com estas crianças. Assim, a fala sempre que possível, deve estar apoiada em sinais e símbolos gráficos, pois a utilização interligada de imagens e gestos na comunicação pode contribuir consideravelmente para a melhor compreensão por parte do aprendiz. Além disso, é importante que às crianças portadoras da síndrome seja oferecida a oportunidade de expressar de alguma forma, que realmente compreenderam aquilo que foi dito, antes que novas informações sejam transmitidas.
É recomendável também que o educador procure constantemente rememorar com a criança aquilo que já foi aprendido, quando novos conhecimentos serão apresentados. Isto porque uma característica marcante resultante da síndrome é o processamento mais lento das informações por parte do indivíduo, podendo resultar em dificuldades quando um novo conhecimento exija organização programada e nova sequência de atos.
O atendimento por parte do profissional deve desta forma, ocorrer de forma gradual no sentido de proporcionar uma experiência de aprendizado efetiva. Isto porque, quando uma nova informação é bem assimilada, dificilmente uma criança Down esquece o que aprendeu, fator este que compensa o processo muitas vezes lento, da aprendizagem. Dentre as pessoas com deficiência mental, as com síndrome de Down, de forma geral, apresentam mais habilidades que as demais para executar atividades que já sejam de seu repertório, e este fator deve ser sempre lembrado pelos educadores que poderão se utilizar de conhecimentos já adquiridos para atingir novos objetivos.
A aprendizagem deve estar centrada também, sempre que possível, em materiais concretos que permitam ser manuseados pela criança. Para tal, podem ser utilizados suportes de ensino como: ábaco; quadros numerados; cartões com quantidade/numeral em relevo; números e letras de plástico; computador; e outros. Os usos de materiais lúdicos, da mesma forma, permitem um desenvolvimento global da criança, através da estimulação de diferentes áreas.
O educador deve ter como objetivo, preparar a crian-

ça para a alfabetização, que iniciará posteriormente quando a criança for capaz de descrever objetos e ações; discriminar sons; identificar semelhanças e diferenças entre sons iniciais e finais das palavras; identificar símbolos gráficos; articular fonemas corretamente; estabelecer relações simples entre objetos; combinar conceitos nas áreas de relações temporo- espaciais; participar de atividades lúdicas; seguir e dar instruções simples; estabelecer relações passadas e prever ações futuras; demonstrar criatividade e estabelecer pensamento crítico.

Além da busca pelo desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e operações matemáticas por parte do educador com seus alunos Down, este deve procurar sempre relacioná-los com a realidade da criança, preparando-a assim para uma adequada participação na sociedade. O objetivo é que este atinja dentro de seus limites, grau máximo de independência, utilizando-se funcionalmente da leitura; autonomia para se utilizar de meios de transporte para se locomover; adequado manuseio de dinheiro; e dentre outras, o aprendizado para tomar decisões, fazer escolhas e assumir a responsabilidade por estas. Consequentemente, o desenvolvimento da linguagem e atividades de leitura e escrita serão mais bem desenvolvidas a partir das experiências vivenciadas por estas crianças no seu cotidiano.

A possibilidade de esta criança responder melhor à aprendizagem, e participar do seu processo de construção do conhecimento, estará sempre condicionada ao que o meio pode lhe oferecer. O apoio a uma criança portadora da síndrome de Down requer além de preparo intelectual, paciência e dedicação por parte do educador, para reconhecer não somente suas dificuldades e limitações, mas principalmente suas habilidades e potenciais. Assim, o trabalho de intervenção deve estar direcionado aos seus talentos e capacidades, de forma que favoreça o real conhecimento de suas possibilidades. Quanto mais for oferecido um ambiente solicitador, que promova autonomia e diferentes possibilidades de descobertas de seu potencial, melhor será o seu desenvolvimento como um todo.

Capitulo III

Causas

A trissomia 21 é um acidente genético que ocorre no momento da concepção em 95% dos casos. Com o avanço da idade materna existe uma maior probabilidade de gestar um bebê com alterações cromossômicas como a Síndrome de Down, principalmente acima dos 35 anos de idade. Isso acontece pois os folículos que darão origem aos óvulos da mulher já nasce com elas, e células mais velhas tem maiores chances de terem erros durante seu processo de divisão, o que pode causar a presença de um cromossomo a mais ou a menos nos óvulos.

Uma grávida de 30 anos tem 1 em 1.000 chance de ter um bebê Down. Aos 35 anos, as chances são de 1 em 400. Aos 40, 1 em 100, e aos 45 as chances são de 1 em 30. No entanto, mulheres com menos de 35 anos também podem gestar uma criança com síndrome de Down.

Capitulo IV

Sintomas da Síndrome de Down

Crianças com a síndrome de Down têm deficiências intelectuais e algumas características físicas específicas. Elas têm olhos amendoados, devido às pregas nas pálpebras e em geral são menores em tamanho. As mãos apresentam uma única prega na palma, em vez de duas. Os membros são mais curtos, o tônus muscular é mais fraco e a língua é protrusa, maior do que o normal.

Problemas de saúde e de aprendizado podem ocorrer, mas estes variam de criança para criança. Cada portador da síndrome de Down é único, os sintomas e sinais podem ser de moderados a severos.

Pessoas com síndrome de Down tem maior risco sofrer com alguns problemas de saúde, como:

- Problemas cardíacos congênitos
- Problemas respiratórios
- Doença do refluxo esofágico
- Otites recorrentes
- Apneia do sono
- Disfunções da tireoide, daí o fato de serem propensas ao sobrepeso.

A deficiência intelectual, com dificuldades de aprendizado, sempre está presente em graus diferentes de criança para criança.

Meu Vitor teve tem todos estes problemas menos a tireoide.

Capitulo V

Diagnóstico da Síndrome de Down

Atualmente existem testes genéticos que podem identificar a possibilidade de que o bebê tenha a síndrome de Down a partir da nona semana de gravidez. Coleta- se uma amostra de sangue materno do qual são retirados fragmentos de DNA fetal. O teste ras-

treia o DNA do bebê para procurar problemas cromossômicos específicos. Os resultados são bastante confiáveis – 99,99% de acerto, já comprovados em estudos

Outros dois testes estão disponíveis para checar os cromossomos dos bebês. Um é o teste do Vilo Coriônico (CVS), que pode ser realizado entre a 10ª. e a 12ª semana de gravidez. Outro é o teste de amniocentese, que pode ser feito a partir da 15ª semana de gravidez. Ambos os testes geram um risco para o bebê, pois se tratam de um procedimento invasivo. Depois do nascimento, o diagnóstico clínico é comprovado pelo exame do cariótipo (estudo dos cromossomos), que também ajuda a determinar o risco de recorrência da alteração em outros filhos do casal.




Capitulo VI

Tratamento da Síndrome de Down

As limitações de uma criança com síndrome de Down são um desafio para os pais desde o nascimento. Diversos aspectos contribuem para um desenvolvimento satisfatório da criança portadora da síndrome, o que muitas vezes compreende a intervenção de diversos profissionais. O médico assistente estará atento aos problemas fisiológicos, especialmente os de ordem cardiológica e respiratória, que podem causar preocupações na tenra idade. Muitas vezes é necessária a intervenção de um cirurgião cardíaco para fixar problemas congênitos. Geralmente a cirurgia não é complicada e tem grande índice de sucesso. A função tireoidiana será sempre controlada e medicada quando necessário. Devido ao fato de apresentarem redução do tônus dos órgãos envolvidos com a fala, será necessário a intervenção de um profissional de fonoaudiologia, para garantir a qualidade da comunicação e desenvolvimento da linguagem da criança.

O fator mais importante para garantir o bom desenvolvimento e convívio social da criança com síndrome de Down é o bom ambiente familiar. Pais atentos e bem informados, capazes de intervir desde cedo nos processos de aprendizagem, nas práticas vocacionais, servindo-se da colaboração de profissionais especializados quando necessário. O empenho individual dos pais, professores e terapeutas pode produzir resultados positivos surpreendentes.

Ao final das contas, os cuidados com a criança com síndrome de Down não são radicalmente diferentes daqueles que são prestados às crianças sem a síndrome. É o mesmo carinhoso processo de ajudar a crescer, estimular a independência, acompanhar o aprendizado, cuidar do viver diário com carinho e amor, de forma natural e espontânea, aceitando e respeitando as limitações individuais Obstrução das vias respiratórias durante o sono

- Trauma por compressão da medula espinhal
- Endocardite
- Problemas oculares
- Frequentes infecções auditivas e maior risco de outras infecções
- Perda da audição
- Problemas cardíacos
- Obstrução gastrointestinal
- Fraqueza dos ossos da parte superior do pescoço

Prevenção- Cerca de 1 em 800 bebês nascem com a síndrome de Down. Na maioria dos casos, a síndrome acontece por acaso, é um acidente genético, portanto é difícil prevenir o problema. Não há culpados e não há nada que se possa fazer, antes ou durante a gravidez, que possa causar ou prevenir a síndrome de Down.

Atualmente, através da fertilização in vitro (FIV) pode-se escolher embriões livres da doença, o processo é chamado de diagnóstico genético pré-implantacional (PGD). Casais que se submetem a FIV tem essa opção preventiva na qual já são transferidos para o útero materno embriões sabidamente normais.
Capitulo VII

O que fazer ao saber que seu filho é uma criança especial?

Choque, negação, culpa e tristeza são alguns sentimentos pelos quais eu passei ao receber a notícia de que meu filho era portador de Síndrome de Down, pois era minha segunda gravidez, fiz todos os exames, mas nenhum detectou nada, nenhum problema com o bebê. Somente após o parto é que Eu e meu Marido recebemos a notícia que Vitor tinha Síndrome de Down. A pediatra que o examinou ainda na sala de parto foi quem nos deu notícia: 'parabéns seu filho é especial, portador da Síndrome de Down'. Minha reação foi de surpresa, acompanhada de tristeza e frustração. Chorei muito.

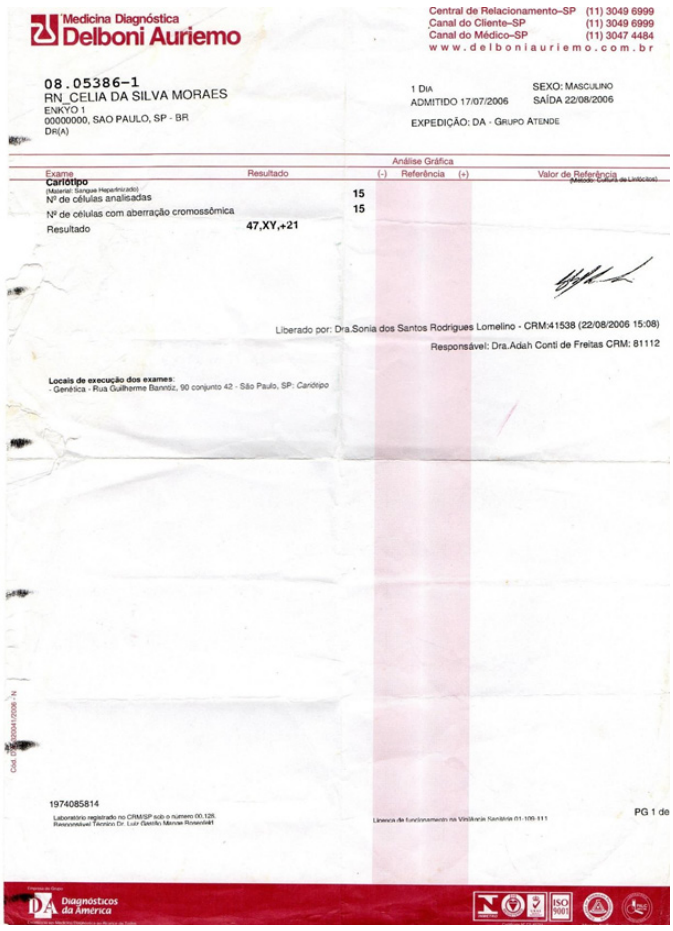
A médica do hospital disse que ainda tinha que vir a confirmação através do exame do pezinho chamado cariótipo, que demorava em torno de 50 dias para ficar pronto. Mesmo com todas as evidências eu ainda tinha esperança de que poderia ser engano, contei dia por dia e quando o resultado chegou meu coração disparou, lá estava a confirmação número de célula com aberração cromossômica 47, xy, + 21, ou seja, trissomia 21 Síndrome de Down.

Após esse período de não aceitação e tristeza, começa a fase de busca de informações para compreender como são estas crianças, quais os cuidados que precisará ter. tempo foi passando e o amor foi crescendo cada vez mais e a aceitação também então foi procurar os especialista que meu filho precisava para seu desenvolvimento como : Fisioterapeuta ,Fonoaudióloga, Teraupeta Ocupacional e Hidroterapia e assim chegar ao desenvolvimento de uma criança normal, pois as crianças com Síndrome de Down necessitam de todos esses tratamentos e muito amor e carinho.

Foi um período muito difícil, mas de muitas aprendizagem, de descoberta de um mundo novo. Um mundo então desconhecido por muitos, então, a partir disso participando de palestras e atualmente participo do grupo 21, de reuniões sobre inclusão e participo de um grupo de Mães de crianças com necessidades especiais, na Casa André Luiz.



Apresento meu filho Vitor com 3 meses de vida



Medicina Diagnóstica
Delboni Auriemo

Central de Relacionamento–SP (11) 3049 6999
Canal do Cliente–SP (11) 3049 6999
Canal do Médico–SP (11) 3047 4484
www.delboniauriemo.com.br

08.05386-1
RN_CELIA DA SILVA MORAES
ENKYO 1
00000000, SAO PAULO, SP - BR
DR(A)

1 DIA
ADMITIDO 17/07/2006
SEXO: MASCULINO
SAÍDA 22/08/2006
EXPEDIÇÃO: DA - GRUPO ATENDE

Análise Gráfica

| Exame | Resultado | (-) Referência (+) | Valor de Referência |
|---|---|---|---|
| **Cariótipo** (Material: Sangue Heparinizado) | | | |
| Nº de células analisadas | 15 | | |
| Nº de células com aberração cromossômica | 15 | | |
| Resultado | 47,XY,+21 | | |

Liberado por: Dra.Sonia dos Santos Rodrigues Lomelino - CRM:41538 (22/08/2006 15:08)
Responsável: Dra.Adah Conti de Freitas CRM: 81112

**Locais de execução dos exames:**
- Genética - Rua Guilherme Bannitz, 90 conjunto 42 - São Paulo, SP: *Cariótipo*

1974085814

Laboratório registrado no CRM/SP sob o número 00.126.
Responsável Técnico: Dr. Luiz Gastão Mannes Rosenfeld

PG 1 de

Diagnósticos da América

Resultado do exame Trissomia 21

Capitulo VIII

Tratamentos e internações do Vitor

O tempo foi passando e o amor foi crescendo cada vez mais e a aceitação também então fomos procurar os especialistas que meu filho precisava para seu desenvolvimento como: Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional e Hidroterapeuta e assim Vitor chegar ao desenvolvimento de uma criança normal, pois crianças com Síndrome de Down necessitam de todos esses tratamentos e muito amor e carinho.
Pois bem comecei o tratamento quando tinha 3 meses com a fono, pois os outros foram interrompido por ter vários sobro no coração.
Vitor precisava urgente fazer a cirurgia do coração , mas sempre tinha algo não dava para realizar, passou por várias dificuldades mesmo quando viemos para casa após o nascimento, com 3 dias de vida , alguém que estava com rota-vírus veio visitá-lo e ele pegou conclusão foi internado na UTI onde permaneceu por 46 dias internado, quando retornou para casa começou os quadro de pneumonia, todos com internações, foram 7 internações, quando eu tinha que ir para o hospital levar Vitor com quadro de febre, eu ia já de mala, pois já sabia que ele iria ficar internado, foi uma luta, pois eu tinha outro filho que na época tinha 8 anos o Matheus e as vezes ele queria ficar no hospital só para ficar ao meu lado. Tinha vez que ele se escondia e até dormia lá conosco e quando a enfermeira chegava pensava que era meu marido que estava dormindo, Matheus cobria a cabeça e colocava um travesseiro nos pês para parecer ser maior.

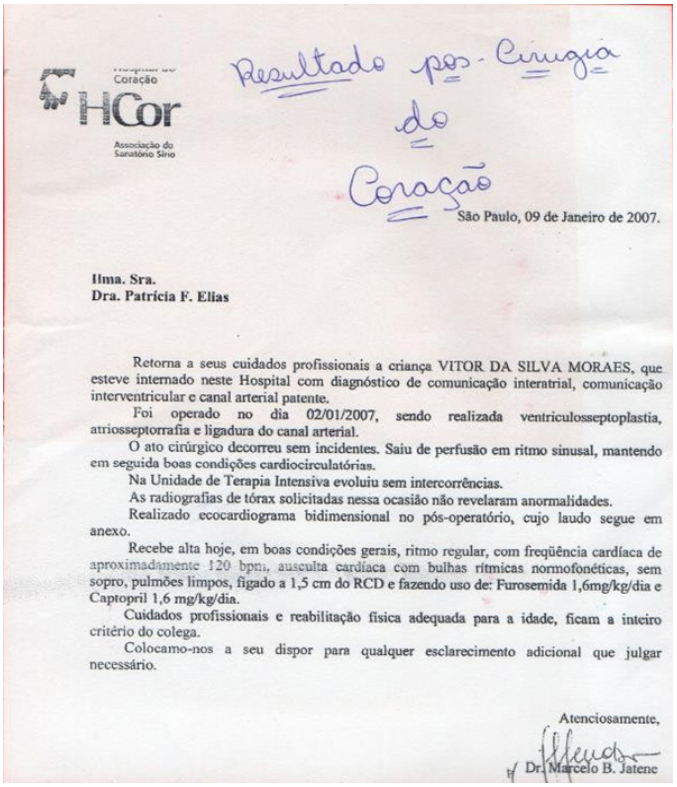
Capitulo IX

Cirurgia do coração

Com 6 meses sem nenhum quadro viral Vitor finalmente fez a cirurgia do coração CIA, PCA, CIV, de uma só vez, mas Vitor surpreendeu a todos, médicos, parentes e amigos pois com 5 dias de cirurgia ele recebeu alta do hospital e sua recuperação foi rápida. Parei de trabalhar para cuidar dele, tinha 15 anos de Estado como Professora e deixei tudo para trás só para cuidar melhor do meu filho mas nunca me arrependi disso muito contrário.

Com 2 meses de cirurgia já recuperado dei continuidade aos tratamentos de fonoaudióloga, fisioterapia, hidroterapia terapia ocupacional e natação, foi uma correria pois leva Vitor em 3 lugares diferentes para fazer as terapias e conseguir recuperar o tratamento que tinha sido interrompido por conta da cirurgia do coração. E assim Vitor com 1 ano e 7 meses já andava, com 2 anos saiu das fraldas que não era necessário nem para dormir nunca fez xixi na cama, com 2 anos já sabia se alimentar sozinho, 2 anos e 8 meses foi dispensando das terapias ficando só com a fonoaudióloga pois esta já e tratamento mais longo.
Mas Deus faz tudo certo, depois de tudo isto fiz o concurso da prefeitura, passei fui chamada, meu filho já estava ótimo, os especialista falava que ele iria se desenvolver melhor na escolinha então uni o útil ao agradável Vitor frequentava a mesma escola onde eu iria trabalhar.
Vitor ainda ficou várias vezes internado com as pneumonias, onde fiz vários tratamentos médicos além de orações, simpatias até que foi curado o que o curou não sei, mas hoje ele está ai lindo saudável, faz tudo que as crianças de sua idade faz, estuda, faz aula de violão , participa da escolinha de futebol, adora cantar e dançar e amo seu irmão Matheus , Matheus agora com 17 anos e foi ele que me ajudou muito continua me ajudando nos estímulos do Vitor ele foi meu verdadeiro companheiro nos momento mais difíceis que passei com Vitor, mas acredito sempre no propósito de Deus que primeiramente me deu o Matheus onde pude amar , criar e educar depois quando

ele achou que Matheus já estava preparado para receber um irmão especial me enviou Vitor.
Vitor também teve seu momento de celebridade participou de programa de televisão em 2008 para a recordação de doação para a instituição Pestalozzi, reportagens, foi assunto de revista



Resultado pós-Cirurgia do Coração

Coração HCor
Associação do Sanatório Sírio

São Paulo, 09 de Janeiro de 2007.

Ilma. Sra.
Dra. Patrícia F. Elias

Retorna a seus cuidados profissionais a criança VITOR DA SILVA MORAES, que esteve internado neste Hospital com diagnóstico de comunicação interatrial, comunicação interventricular e canal arterial patente.

Foi operado no dia 02/01/2007, sendo realizada ventriculosseptoplastia, atriosseptorrafia e ligadura do canal arterial.

O ato cirúrgico decorreu sem incidentes. Saiu de perfusão em ritmo sinusal, mantendo em seguida boas condições cardiocirculatórias.

Na Unidade de Terapia Intensiva evoluiu sem intercorrências.

As radiografias de tórax solicitadas nessa ocasião não revelaram anormalidades.

Realizado ecocardiograma bidimensional no pós-operatório, cujo laudo segue em anexo.

Recebe alta hoje, em boas condições gerais, ritmo regular, com freqüência cardíaca de aproximadamente 120 bpm, ausculta cardíaca com bulhas rítmicas normofonéticas, sem sopro, pulmões limpos, fígado a 1,5 cm do RCD e fazendo uso de: Furosemida 1,6mg/kg/dia e Captopril 1,6 mg/kg/dia.

Cuidados profissionais e reabilitação física adequada para a idade, ficam a inteiro critério do colega.

Colocamo-nos a seu dispor para qualquer esclarecimento adicional que julgar necessário.

Atenciosamente,

Dr. Marcelo B. Jatene

... hoje vejo meu filho como uma benção muito grande em nossa vida, alegrias de todos os dias, acredito sempre, que Deus tem um proposito em nossa vida agradeço sempre pelo está benção.

Capitulo X

EDUCAÇAO INCLUSIVA

Entende-se por educação inclusiva, o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais, ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino, da pré-escola ao nível superior, através dela se privilegiam os projetos de escola, que apresentem várias característica.

A Educação é um direito de todos, sendo um direito básico a todos os cidadãos desde crianças e adolescentes, na qual os documentos e legislações garantem à todos, os direitos Universais de todas as pessoas. A questão do respeito às diferenças é fundamental para a convivência em sociedade e, tratando dos alunos com deficiência, ela é imprescindível. A inclusão escolar propõe a mudança de uma nova concepção de mundo, conhecimentos, sociedade, educação e escola pautada na heterogeneidade.

Nesta perspectiva, a atenção à diversidade deve traduzir-se em ações que considerem, além das capacidades intelectuais, também os conhecimentos prévios dos alunos, sua cultura, seus interesses e suas motivações, buscando a organização e reorganização das atividades escolares, dos tempos e espaços, dos recursos e materiais, além das interações sociais que tenham como meta o trabalho coletivo, professores, alunos e famílias como protagonistas na construção do Projeto Político- Pedagógico da escola.

Os caminhos no processo da inclusão educacional precisam ser construídos a partir das vivências educacionais e pedagógicas, do compartilhar saberes, pesquisas, estudos, socialização das práticas e produções de novos conhecimentos. Nesse sentido o papel da escola, da família, baseados em uma concepção de educação que tem como pressuposto a garantia dos direitos humanos.

Com isso as escolas devem ser concebidas como espaço legítimo de desenvolvimento humano, um lugar de acesso ao conhecimento social e historicamente construído, na busca não apenas da igualdade, mas também da equidade de oportunidade para todos os alunos.

As propostas curriculares, quando contextualizadas, reconhecem e valorizam os alunos em suas peculiaridades de etnia, de gênero, de cultura. Elas partem das vidas e experiências dos alunos e vão sendo tramadas em redes de conhecimento, que superam

a tão decantada sistematização do saber. O questionamento dessas peculiaridades e a visão crítica do multiculturalismo trazem uma perspectiva para o entendimento das diferenças, a qual foge da tolerância e da aceitação, atitudes estas tão carregadas de preconceito e desigualdade. (BRASIL. MEC, 2010, p.16).

O respeito à diversidade humana deve ter como um dos focos o direito de acesso à escola e de permanência nela, visando à aprendizagem de todos os alunos e à melhoria da qualidade de ensino, considerando as diferenças, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de vulnerabilidade social, não como obstáculo para o cumprimento da ação educativa, mas como fatores de enriquecimento social para todos e todas.

A concepção de educação inclusiva vai ao encontro das práticas em que todos são coletivamente interdependentes e responsáveis, o que significa a construção de uma rede de apoio e de uma política de formação fundamentada nos princípios da humanização, na certeza de que todos e todas podem aprender.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem conhecer e reconhecer as diversas necessidades de seus alunos,

acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...). (Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994).
A inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do aluno diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo. O professor como mediador, precisa reconhecer e valorizar os diferentes ritmos e níveis de aprendizagem dos alunos, levando em conta as estratégias para solucionar problemas, como se relacionam com os demais colegas, as hipóteses que constroem frente a situações de aprendizagem.
Portando é importante refletir sobre os desafios do cotidiano escolar, afinal para a inclusão ser uma realidade em nossas escolas, é necessário estratégias didáticas que facilitem a participação no contexto escolar e o máximo de desenvolvimento do potencial dos alunos, ensinar é um ato coletivo e a aprendizagem se dá por meio da mediação e da interação.

Nos últimos tempos, as propostas educacionais, buscam romper os paradigmas tradicionais, propiciando o repensar do educador frente à Educação Inclusiva, inserindo alunos com deficiência diversas em sala de aula regular. Nesta perspectiva desafiadora o educador deve preparar-se para recebê-los, valorizando a diversidade humana. E é neste contexto que a política educacional deve planejar o processo de formação e assessoria para os profissionais envolvidos.
Ressaltando que em 2003, é posto em execução pelo MEC o programa "Educação Inclusiva direito a diversidade", objetivando apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, com um amplo processo de formação de educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos a escolarização, garantindo a acessibilidade.
Segundo Cunha (2012, p. 139) não pode se falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele acredite no indivíduo, no seu potencial humano e na sua capacidade de reconstruir seu futuro.
Contudo, há um longo caminho a seguir, pois a grande maioria dos educadores precisa especializar-se em práticas pedagógicas que atendam os alunos com deficiência. Logo orientar professores e profissionais da área que compartilham das mesmas indagações favorecerá a reflexão sobre sua formação frente à educação inclusiva, despertando-os para mudanças em suas concepções.
De acordo com Almeida (2007, p. 336) "formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos, é prepará-lo para um outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando".
De acordo com os autores Cunha, Lima, Oliveira, Dalforno, Silva, Reis Cavalcante, Ferrari Freitas, o tema Inclusão, requer um olhar frente a formação do professor contribuindo para sua atuação frente a sala de aula.
Contudo é ressaltado, que além de sua formação universitária, o professor após seus estudos deve buscar auto formar-se e atualizando para isso em diferentes meios.
Para os autores Zulian, Bruno a educação inclusiva precisa antes de tudo adequar seu currículo, programas, conteúdos, e em especial, estruturar uma proposta pedagógica que venha atender as reais necessidades de cada indivíduo.

.

## Capítulo XI
## Minhas experiências enquanto educadora

Iniciei minha carreira como Professora na Rede Estadual de SP em 1992 e trabalhei por 15 anos. Em 2001 tive o aluno Bruno 1° série portador da Síndrome de Down; trabalhei a discriminação dos outros pais em relação à Bruno, que não aceitava essa criança na Escola. Depois disso, trabalhei a aceitação da sala para depois trabalhar com o aluno a inclusão, onde tive um pouco de receio de como trabalhar com ele...pois ainda não possuía experiência. Esta experiência foi muito gratificante, pois no decorrer do ano, Bruno participava de todas as atividades da escola e por conseguinte houve avanços também em sua aprendizagem...
Em 2006 recebi o aluno Jackson, que apresentava transtornos mental. Este aluno apresentava comportamento agressivo e não se socializava com os colegas. Ele frequentava a sala de aula regular e a sala de inclusão. Nesta época eu estava grávida de meu segundo filho. A diretora quando soube que estava gestante quis me remanejar para outra sala por conta do aluno Jackson, mas não aceitei. Comecei a trabalhar para conquistar a confiança do aluno, pedindo a ele para ser o ajudante do dia todos os dias, passei a elogiar suas atividades e assim ele manifestava a cada dia mais interesse pelas aulas. (Atividades)...

Ele aprendeu a escrever, ler e até a fazer contas simples...
Em 2014 Deus me presenteou com o aluno Davi, portador da Síndrome de Down, matriculado na minha sala de aula, na qual pude trabalhar com ele toda experiência que tive com meu filho e também nos cursos dos quais participei oferecidos pela Prefeitura de Guarulhos...Os resultados foram imediatos e surpreendentes...os pais ficaram surpresos e tem me elogiado muito...
Sabemos que a inclusão se faz necessária, pois é um caminho muito importante para a sociedade como todo, principalmente para os portadores de necessidades especiais. Vejo a inclusão como um desafio, pois requer quebra de paradigmas, enfrentamento do desconhecido, aceitação do não, saber efetivar na prática os princípios que fundamentam uma escola inclusiva onde se busca uma escola igualitária. (Escola para todos).
A discussão da igualdade na escola está contida no direito de todos a educação. Precisamos perceber a importância e a extensão deste direito e respeita-lo. Nós educadores somos a ponte para esta conquista social seja real, na qual

eu me engajo de corpo e alma enquanto educadora e mãe de criança com necessidades especiais (Síndrome de Down) e deixo claro que já visto esta camisa.
Penso e acredito que precisamos sempre nos atualizar através de palestra, curso, debates, troca de experiências buscando sempre mais informações sobre o assunto, pois não temos receita pronta para a inclusão.

Capitulo XII

Política de atendimento aos alunos com necessidades especiais

A partir do século XIX, tempo de grandes descobertas no campo da medicina, da biologia e da saúde, passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas.
Assim começou o que se chama de segregação institucional, o deficiente era tratado como um doente, em alguma instituição, excluídos da família e da sociedade, portadores de deficiências eram acolhidos em asilos de caráter religioso ou filantrópico, muitas vezes passando ali toda sua vida.
Ao mesmo tempo, foram surgindo algumas escolas espaciais e centros de reabilitação, a sociedade começava a admitir que deficientes poderiam ser produtivos se recebessem treinamentos adequados.
No Brasil, o atendimento especial aos portadores de deficiência começou oficialmente no dia 12 de outubro de 1854, quando D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro.
Em 1942, quando já havia no país 40 escolas públicas regulares que prestavam algum tipo de atendimento a deficientes mentais, pouco a pouco, graças a Ongs (organização não governamental), como a Sociedade Pestalozzi, a AACD (Associação de Assistência à Criança Defeituosa) e a APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), a questão da deficiência foi saindo do âmbito da saúde, afinal deficiente não é doente para o âmbito da educação.
A necessidade de uma política de educação especial foi se delineando nos, anos 70, o MEC assumiu que a clientela da educação especial requer cuidados especiais no lar, na escola e na sociedade.
Em 1986 a expressão alunos excepcionais foi substituída por alunos portadores de necessidades especiais.

Capitulo XIII

Benefícios para todos os alunos

O próximo passo, não menos importante, é preparar a turma para receber o aluno. Antes do aluno chegar a turma deve ser esclarecida a respeito de sua deficiência e como todos podem se ajudar mutuamente. É de extrema importância criar um clima de expectativas positivas com relação as possibilidades de aprendizagem do aluno e agrupar os alunos desde o primeiro dia de aula.



Ainda que as necessidades específicas de cada aluno possam redundar em adaptações necessárias das atividades realizadas em sala de aula, o mais importante é torná-los cientes da diversidade mas, também, das possibilidades de crescimento individual e coletivo em razão dessas diferenças.

Crianças com síndrome de Down que estudam com colegas sem deficiência beneficiam não só a si mesmas, mas também aos outros alunos da escola. Pesquisa

recente realizada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) concluiu que crianças que estudaram com colegas com deficiência desenvolveram atitudes positivas relacionadas à tolerância, respeito ao outro e abertura ao diálogo em um grau muito maior do que as que conviveram em ambientes mais homogêneos.

A convivência com crianças de desenvolvimento considerado normal é muito importante para as crianças com síndrome de Down. Os colegas servem como exemplos de comportamentos e de conquistas apropriadas para a sua idade, contribuindo para o seu desenvolvimento social e emocional.

O aprendizado e o desenvolvimento da capacidade de se relacionar dependem, entre outras coisas, de oportunidades de interação com crianças da mesma idade ou de idades diferentes em situações diversas. Cabe ao professor promover atividades individuais ou em grupo, respeitando as diferenças e estimulando a troca entre as crianças.

A experiência brasileira mostra que é possível promover a inclusão de alunos com síndrome de Down. Pode ser que elas precisem de algum tipo de ajuda adicional, mas isto não é uma necessidade apenas das crianças com deficiência.

Capitulo XIV

Síndrome de Down na inclusão escolar

Segundo Stray-Gundersen (2007, p.187) a criança com Síndrome de Down deve receber os serviços especiais fornecidos pela escola regular como uma criança normal recebe, ou seja receber tratamento igual, sabe-se que estas crianças e mais lenta e também o seu desenvolvimento cognitivo se processa de maneira diferente.




Esse fato de ser mais lenta pode ser consequência dos transtornos de aprendizagem, mas isso não pode ser mais pretexto das escolas para não fazer sua

matricula pelo contrário, a Constituição Federal de 1988 prevê a inclusão de todos as crianças em classes regulares garantindo seu acesso e permanência.
Na educação inclusiva o ensino deve ser divertido e fazer parte da vida cotidiana, despertando assim o interesse pelo aprender. No processo de aprendizagem a criança com Síndrome de Down deve ser reconhecida como ela e, e não como gostaríamos que fosse. As diferenças devem ser vistas como ponto de partida e não de chegada na educação, para desenvolver estratégias e processos cognitivos adequados.
De acordo com Almeida (2004, p.3-4
A educação especial direciona suas ações para o atendimento as especificidades dos alunos com necessidades especiais no processo educacional, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Capitulo XV

O PROFESSOR FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O tema inclusão está cada vez mais presente no cotidiano dos professores e é sabido que as diferenças devem ser aceitas e acolhidas para completar o cenário escolar, mas ainda é difícil encontrar professores que afirmam estar preparados para receber tais alunos, e a inclusão exige aperfeiçoamento constante.

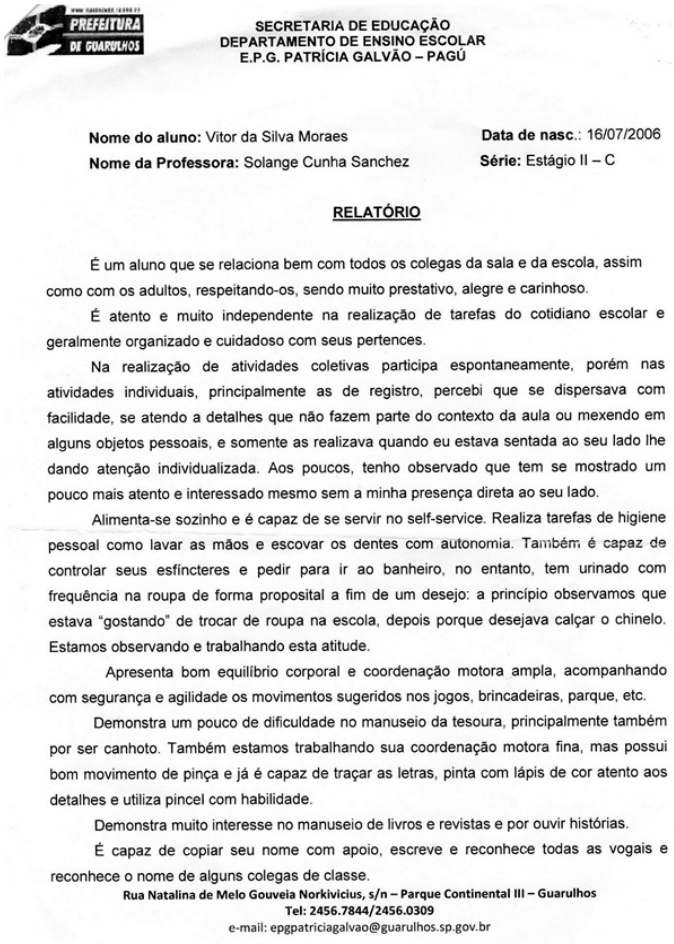



Não é justo que o professor da escola comum que acolhe a inclusão dê conta de tanta diversidade de problema na mesma sala de aula, menos ainda não transformar em caos a prática da inclusão. Certamente é esperar demais do professor, que ele saiba

exatamente como lidar com os diversos tipos de deficiências (sensoriais/motoras/mentais/psicológicas e sociais). A educação Inclusiva veio tornar mais complexa e mais desafiadora a tarefa dos educadores e evidenciou que sua formação nunca está acabada.
O professor precisa aprender técnicas, adequar seu ritmo, terá que rever suas expectativas frente às formas de ensinar e avaliar, reinventando sua prática pedagógica. Conforme Alves (2009, p.59) "O educador inclusivo precisa ter uma clara preocupação do caminho que terá que percorrer para conseguir alcançar os objetivos.
Se preocupar com a sociedade mais justa e democrática, sabendo que assim ele poderá obter possibilidades e alternativas para praticar a educação".
A formação do professor deve contemplar a reflexão sobre os valores da educação, a vivência interdisciplinar, pesquisas e construção de competências é a partir do saber-fazer do professor que a ideia de educação permanente pode ser pensada e amplia, baseando-se no seu aprimoramento através da reflexão de sua ação.
Segundo as autoras Zulian e Freitas (2001 s.p): O movimento inclusivo nas escolas foi reforçado por esta política da Educação Especial proposta pelo MEC, que causou um impacto muito grande entre os professores do ensino regular, remodelando as práticas educativas e revelando o papel estratégico que a educação ocupa no processo de consolidação de uma sociedade mais justa, livre, igualitária e acolhedora para todos.
Lima e Cavalcante (2009, p. 2), afirmam que muitos destes profissionais alegam não se sentirem preparados para esse processo de inclusão e, muitas vezes, esse despreparo é evidenciado nas funções dos professores sobre diversas facetas da prática educativa, o que vem determinar atitudes negativas no que refere-se à inclusão. Para isso, é preciso que haja um questionamento do entendimento do professor sobre inclusão, como encarar sua prática, como concebe seus alunos, que função julga desempenhar.
Na visão dos autores Dalforno e Oliveira (2004, p. 2):
A inclusão surge no cenário educacional como uma nova perspectiva que envolve rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender. Em meio a isso, o professor, é levado a questionar-se sobre os saberes para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, considerando que não dispôs de formação para tal.

O quadro de professores denuncia a fragilidade da formação recebida na vida acadêmica para enfrentar tal desafio, que é a Educação Inclusiva.
Como ressalta, Ferrari (2011, s.p), para se ter uma educação verdadeiramente inclusiva, que atenda às necessidades de todos os alunos com qualidade o professor deve estar habilitado para trabalhar e entender as especificidades de cada aluno, pois assim poderão atuar de forma competente junto aos alunos, fazendo com que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma significativa.
Contudo na educação inclusiva o que implica mais do que gerar a diversidade na sala de aula demanda mudança de conceitos. De acordo com Cunha, (2012, p.139) não se pode falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. É necessário que ele acredite no indivíduo, no seu potencial humano e na sua capacidade de reconstruir seu futuro. Na verdade, a inclusão escolar inicias no professor.
Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à adversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades especiais. Entretanto constata-se que a reformulação das matrizes dos cursos voltados a educação ainda não contemplam disciplinas que consistem na temá-

tica inclusão, é necessário que haja uma readequação para os profissionais estejam habilitados para entender as especificidades da inclusão, para assim lidar com as diversidades existentes na sala de aula.



PREFEITURA DE GUARULHOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO ESCOLAR
E.P.G. PATRÍCIA GALVÃO – PAGÚ

**Nome do aluno:** Vitor da Silva Moraes **Data de nasc.:** 16/07/2006
**Nome da Professora:** Solange Cunha Sanchez **Série:** Estágio II – C

**RELATÓRIO**

É um aluno que se relaciona bem com todos os colegas da sala e da escola, assim como com os adultos, respeitando-os, sendo muito prestativo, alegre e carinhoso.

É atento e muito independente na realização de tarefas do cotidiano escolar e geralmente organizado e cuidadoso com seus pertences.

Na realização de atividades coletivas participa espontaneamente, porém nas atividades individuais, principalmente as de registro, percebi que se dispersava com facilidade, se atendo a detalhes que não fazem parte do contexto da aula ou mexendo em alguns objetos pessoais, e somente as realizava quando eu estava sentada ao seu lado lhe dando atenção individualizada. Aos poucos, tenho observado que tem se mostrado um pouco mais atento e interessado mesmo sem a minha presença direta ao seu lado.

Alimenta-se sozinho e é capaz de se servir no self-service. Realiza tarefas de higiene pessoal como lavar as mãos e escovar os dentes com autonomia. Também é capaz de controlar seus esfíncteres e pedir para ir ao banheiro, no entanto, tem urinado com frequência na roupa de forma proposital a fim de um desejo: a princípio observamos que estava "gostando" de trocar de roupa na escola, depois porque desejava calçar o chinelo. Estamos observando e trabalhando esta atitude.

Apresenta bom equilíbrio corporal e coordenação motora ampla, acompanhando com segurança e agilidade os movimentos sugeridos nos jogos, brincadeiras, parque, etc.

Demonstra um pouco de dificuldade no manuseio da tesoura, principalmente também por ser canhoto. Também estamos trabalhando sua coordenação motora fina, mas possui bom movimento de pinça e já é capaz de traçar as letras, pinta com lápis de cor atento aos detalhes e utiliza pincel com habilidade.

Demonstra muito interesse no manuseio de livros e revistas e por ouvir histórias.

É capaz de copiar seu nome com apoio, escreve e reconhece todas as vogais e reconhece o nome de alguns colegas de classe.

Rua Natalina de Melo Gouveia Norkivicius, s/n – Parque Continental III – Guarulhos
Tel: 2456.7844/2456.0309
e-mail: epgpatriciagalvao@guarulhos.sp.gov.br

Capitulo XVI

O Perfil do Professor Inclusivo

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa de atender as dificuldades de aprendizagem frente aos alunos que apresentam alguma deficiência. Para tanto o professor deve reconhecer suas limitações e pensar em uma prática pedagógica inclusiva que implica em diversidade em sala de aula.
Como ressalta Campbell, (2009, p.159)
O professor eficiente é aquele que observa seus alunos percebendo suas dificuldades, potencialidades, e desenvolve práticas que visam, ao máximo. O desenvolvimento de cada um e de todos, utiliza métodos diferenciados de ensino e de avaliação, respeitando as limitações de cada um, buscando formas cooperativas, que propiciem a integração do conjunto de seus alunos.
O professor inclusivo deve inovar promovendo uma prática pedagógica voltada para a diversidade. Segundo os autores Silva e Reis (2001, s.p):

Espera-se que o professor seja capaz de compreender e praticar a diversidade e esteja aberto a práticas inovadoras. Deve, portanto, aprimorar conhecimentos sobre como lidar com as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc.) de cada aluno, a fim de planejar aulas que levem em conta tais informações e necessidades.
Esse é um desafio inserido no perfil do professor inclusivo, sendo importante sua formação contínua e reflexiva, e, deste modo garantir o sucesso em sua prática pedagógica.
A Declaração de Salamanca (1994, p.11) expõe uma preocupação com a formação de docentes para a Educação Inclusiva e faz apelo direcionado aos governantes para assegurar os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender ás necessidades educacionais nas escolas.
Segundo os autores Silva e Reis (2011, s.p), promover a educação de crianças inclusivas, respeitando o princípio da diversidade, requer um repensar crítico sobre o perfil do professor inclusivo, onde ele compreende que apesar das dificuldades

encontradas, a sua formação dar-se de forma contínua e se faz de diversas formas em diferentes lugares.




No que refere-se à legislação, observa-se que, nos últimos anos acentuou a inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino, a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, garantiu a oferta de educação escolar para os portadores de deficiência a partir do nascimento, com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicos para atender suas necessidades
Contudo o professor deve ampliar seu conhecimento frente a Legislação específica da educação inclusiva, e é neste contexto que segue um breve levantamento

das políticas públicas para a inclusão.

Pela Constituição Federal, 1988, capítulo II, Seção I, art.205, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade", esse artigo já valeria para os deficientes. Além disso o artigo 208, inciso III reassegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Presidente da República José Sarney decretou e sancionou a seguinte lei:

Art.1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social, nos termos desta lei.

Na aplicação e interpretação desta lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humanado bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

Art.2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básico, inclusive dos direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Na área da educação seguem outras medidas.

A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de ensino fundamental e médio, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

A oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos e de ensino;

O acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos as demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo.

A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiências capazes de integrarem no sistema regular de ensino.

A Declaração de Salamanca e o Plano de Ação para a Educação de Necessidades Especiais são os mais completos dos textos sobre inclusão na educação. Seus parágrafos evidenciam que a educação inclusiva não refere-se apenas aos deficientes, mas sim a todas as pessoas com necessidades educacionais especiais.(...); "toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas"(...); "escolas regulares que possam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos". (Declaração de Salamanca MEC,1994)

De acordo com as condições e as possibilidades dos alunos deficientes, eles terão assegurado o direito de usufruir da escola regular como todo e qualquer cidadão, com plena garantia do seu direito. É necessário, porém, garantir certas competências; devem ter assegurados serviços específicos para contribuir sua formação cognitiva, afetiva e social.

No art.59 da LDB, ressalta o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais, que com base nas Diretrizes de Curriculares Nacionais para a formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade normal, e nas Diretrizes curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena (Resolução CNE/CEB 2/2001, artigo 18) Cita:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas,

Adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe

comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;

§ 4º Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Com isso os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades

especiais:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.

A lei exige que haja uma adaptação na escola como um todo. Com o objetivo de tornar a inclusão real, ela propõe que os currículos atendam às necessidades especiais, pois não adiantaria o agrupamento das crianças com deficiência na escola regular se não atendesse às suas verdadeiras necessidades.

A educação inclusiva é um direito. O não cumprimento dessa lei deve ser denunciada às autoridades (Conselho Tutelar e Ministério Público), recusar e fazer cessar a matrícula é crime.

Muitas leis regulamentam o sistema e a política educacional, as quais enfatizam olhar as diferenças, a diversidade e a inclusão, assim, analisando as leis e tendo um estudo mais aprofundado pode-se observar que a legislação está voltada para o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Constituição Federal (1988), art.205, afirma que "a educação é um direito de todos". Faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independente dos fatores físicos e psíquicos.

Nessa perspectiva é que se fala de inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos. Contudo o professor deve ampliar seu conhecimento frente a Legislação específica da educação inclusiva, e é neste contexto que segue um breve levantamento das políticas públicas para a inclusão Afinal quando um professor que não tem experiência recebe um aluno portador de necessidades educacionais especiais, muitas vezes fica com o sentimento de impotências e desamparo, e muitas vezes se sente incapaz.

Atualmente toda escola deve atender alunos com necessidades educacionais especiais de acordo com a lei, como foi citada ao longo desse artigo, e agora o professor pode exigir o serviço de apoio especializado garantindo na LDB e na Resolução de Conselho Nacional de Educação (LDB 9.395/96, artigo 58 parágrafo 1º, Resolução CNE/CEB 2/2001, parágrafo único do artigo 1º. artigo 8º, IV, V e artigo 13).

Com essa nova legislação o professor passa a ter novas obrigações profissionais, e o governo também tem suas responsabilidades que devem ser seguidas, e uma das obrigações dos governos federal, estadual e municipal é a capacitação de professores para o trabalho educacional com alunos com necessidades educacionais especiais, mas sabemos que de fato e lei que visa a capacitação dos professores que cita o artigo 59 da LDB, ainda é um processo que está em andamento.

## Capitulo XVII
## INCLUSÃO/EXCLUSÃO

A humanidade demonstra através dos tempos uma história de preconceitos e discriminação que, vem gerando, por muitas décadas, movimentos de exclusão em todos os níveis da sociedade.

A exclusão social vem desde a antiguidade, onde mulheres, estrangeiros, deficientes e demais pessoas consideradas fora do que é normal pela sociedade eram excluídas, mas o fenômeno na época era tido como natural.

A crise econômica mundial, que ocorre na idade contemporânea, da evidência à pobreza, tornando a exclusão social com maior visibilidade e força. Mais tarde, os efeitos dessa exclusão despontam, gerando desemprego prolongado onde muitos passam a ser socialmente excluídos. Nesta época, a exclusão passa a ser tema centralizador nos diversos meios da sociedade.

A exclusão ocorre devido à práticas e valores da cultura que orientam as ações do homem. É o resultado de um processo histórico de construção de valores morais por parte das diferentes culturas. Este movi-

mento do que é normal/anormal, também parte para a educação e provoca movimentos no contexto escolar.

A escola no seu percurso histórico se caracterizou como uma educação seletiva em que grupos minoritários tinham privilégios. Entretanto, sabemos que a escola pode ter um papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral a pautar sua vida pessoal e coletiva no respeito pelas diferenças, provocadoras de exclusão, criando condições para que na prática cotidiana haja principalmente mais tolerância, ajudando assim, os alunos a levarem em consideração os pontos de vista do outro.

A partir de meados do século XX com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência surge a nível mundial o desafio de uma sociedade inclusiva (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 20).

A educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade Contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.




A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens Gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55).

Vivemos em uma época em que é possível ser diferente, mas não é possível viver e demonstrar a diferença, e isto é percebido no momento em que uma sociedade que luta por liberdade de expressão discrimina pessoas em razão de diferenças de características intelectuais, físicas, culturais, sexuais, sociais, linguísticas, discriminando ainda as pessoas que não vão às aulas porque trabalham e também aquelas que de tanto repetir desistiram de estudar, entre outras estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

Para Mills (1999, p. 25) o princípio que rege a educação inclusiva é: "o de que, todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças".

De fato, todos devem fazer parte, do Sistema Educacional inclusivo onde deve ser proibido a utilização de práticas discriminatórias para que se garanta igualdade de oportunidades. Discriminação que, muitas vezes, acontece em condutas veladas que frustram e que negam ou restringem o direito de acesso a um direito que é de todos.

O movimento em favor da inclusão tem como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Significa que, todos os alunos têm o direito de frequentar a escola regular onde toda diversidade deve ser valorizada, e a construção de aprendizagem deve ser oferecida a todos, no mesmo espaço escolar com oportunidades iguais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, artigo 55, determina que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Obrigação essa que se dá como direito de todos, indiferente de qualquer tipo de diferença.

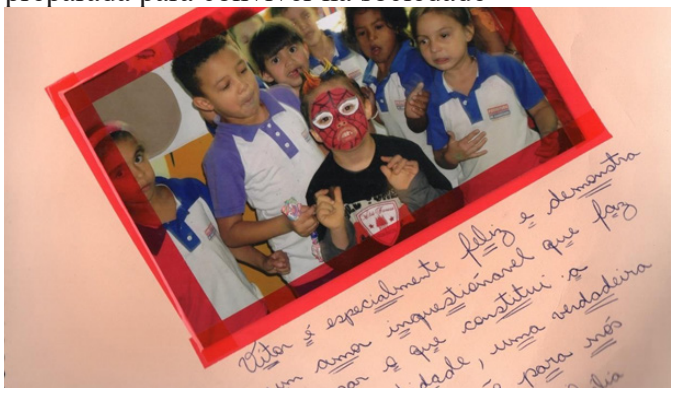
Segundo Mantoan (2003) "Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças", ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Ainda citando a educadora: "Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro".

Incluir vem do latim includere; que significa compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte, figurar en-

tre outros; pertencer juntamente com outros. Em nenhum momento essa definição pressupõe que o ser incluído precisa ser igual ou semelhante aos demais aos quais se agregou.
Quando se fala de uma sociedade inclusiva, pensa-se naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que se aprende a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos.
Isso implica numa sociedade onde cada um é responsável pela qualidade de vida do outro, mesmo quando esse outro é muito diferente de nós.
Semanticamente incluir e integrar têm significados muito parecidos, o que faz com que muitas pessoas utilizem esses verbos indistintamente. No entanto, nos movimentos sociais inclusão e integração representam filosofias totalmente diferentes, ainda que tenham objetivos aparentemente iguais, ou seja, a inserção de pessoas com deficiência na sociedade.

Capitulo XVIII
Integração/Inclusão

Os mal-entendidos sobre o tema começam justamente aí. As pessoas usam o termo inclusão quando, na verdade, estão pensando em integração.
Quais são as principais diferenças entre inclusão e integração?
A integração significa a inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade



Já a inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania, a inserção é total e incondicional (crianças com deficiência não precisam "se preparar" para ir à escola regular).

Inclusão: exige rupturas nos sistemas. Integração: pede concessões aos sistemas.
Inclusão: mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem "ganha" mais; TODAS ganham).
Integração: mudanças visando prioritariamente a pessoa com deficiência (consolida a ideia de que elas "ganham" mais).
Inclusão: exige transformações profundas.
Integração: contenta-se com transformações superficiais.
Inclusão: sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS.
Integração: pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes.
Inclusão: defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência. Integração: defende o direito de pessoas com deficiência.
Inclusão: traz para dentro dos sistemas os grupos de "excluídos" e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para TODOS.
Integração: insere nos sistemas os grupos de "excluídos" que provarem estar aptos (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão).
Inclusão: o adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.). Integração: o adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (escola
integradora, empresa integradora etc.).
Inclusão: valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.).
Integração: como reflexo de um pensamento integrador podemos citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (exemplos: surdos se concentram melhor; cegos são excelentes massagistas).
Inclusão: não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais.
Integração: tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção.
Inclusão: não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente.

Integração: a presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador.
O processo de incluir pessoas com deficiência na escola significa uma revolução educacional e é um caminho fundamental para que se atinja também a

inclusão social, constitui uma meta cada vez mais firme nos diferentes sistemas e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar o objetivo de uma sociedade que almeja a igualdade para todos.

A proposta de um sistema educacional inclusivo passa, então, a ser percebida na sua dimensão histórica, enquanto processo de reflexão e prática, que possibilita efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988.

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência, depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e, essa condição não é comum aos sistemas educacionais e a maioria dos professores.

Incluir não deve ser uma imposição, mas um modo de pensar.

A inclusão de pessoas com deficiência na escola supõe considerações que extrapolam a simples inovação educacional e que implicam no reconhecimento de que o outro é sempre e implacavelmente diferente, embora em alguns momentos, observamos que muitas escolas e/ou professores não estão vivendo a inclusão como sinônimo de entender essas diferenças. Sabe-se que é difícil, muitas vezes devido ao número de alunos que excede nas turmas, mas é importante compreender o outro com sua diferença e tentar oferecer um ensino adequado. Pois entende-se que todo o ser humano, independentemente de sua deficiência é possuidor tanto de capacidades quanto de limitações.

Devido a todo um percurso histórico e cultural sabemos que muitos professores ainda não estão preparados para lidar com as limitações e individualidades a fim de que, realmente todos os alunos sejam incluídos e, ao mesmo tempo, analisar o que é "estar" excluído em uma sociedade que se diz "igualitária".

A inserção de alunos com deficiência em classe comum não acontece como um passe de mágica é uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho

e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno com deficiência, aluno sem deficiência, família, professores e comunidade escolar.

A estabilidade é algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p. 17).

Com certeza, esse medo de mudar, de abandonar o que por muito tempo nos dá segurança faz com que a educação inclusiva não consiga ainda se configurar totalmente na educação brasileira, como uma proposta que verdadeiramente corresponde a uma luta por uma escola que não discrimina, não rejeita nenhum aluno e que só assim consegue ser justa e para todos.

É bom lembrarmos sempre no fato de que a escola tradicional não dá conta das condições necessárias às mudanças propostas por uma educação aberta às diferenças. Ela não foi concebida para atender a diversidade do aluno e tem, ainda e apesar das mudanças, uma estrutura rígida e seletiva, no que diz respeito a aceitação e a permanência de alunos que não preenchem as expectativas acadêmicas clássicas, centradas na instrução e na reprodução de conteúdo.

A estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em esmagadora maioria, carecem de recursos físicos e financeiros, e principalmente humanos (professores especializados), para que aconteça realmente a inclusão do aluno na sala de aula.

A escola deve atuar como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre deficiência, visando a estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

A inclusão é uma inovação, e muitas vezes, seu sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação e isto está assegurado pela Constituição.

Segundo Mantoan (1988):

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na centralização do óbvio, do simples, do que é possível

fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Para descrever o percurso da educação inclusiva, ob-

serva-se o cenário educacional brasileiro sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação, o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores e, finalmente o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da sua implementação.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas.
O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com as suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.
O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.
Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34).
Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte.

Para a maioria dos profissionais que atuam em nossas escolas hoje, é difícil entender a possibilidade de se fazer inclusão. Essa resistência é aceitável e compreensível, diante do modelo pedagógico-organizacional conservador que vigora na maioria das escolas. Poucos são os profissionais que se arriscam a encarar a ideia de ministrar um ensino inclusivo em uma sala de aula de cadeiras enfileiradas, um livro didático aberto na mesma página, uma só tarefa no quadro e uma só resposta válida e esperada nas provas. Na maneira tradicional de ensinar, a competição entre os alunos e a homogeneização das respostas e de comportamentos esperados, a "transmissão" do conhecimento e o pavor de errar impedem alunos e professores de contemplar as diferenças e de reconhecer a riqueza que elas aportam ao desenvolvimento dos processos educativos, dentro e fora das escolas. Priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores.
É um compromisso inadiável da escola, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar.
As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais.
O mérito da escola inclusiva não é apenas proporcionar educação de qualidade a todos. Sua criação constitui passo decisivo para eliminar atitudes de discriminação, onde a comunidade escolar acolhe a todos. Implica, portanto, num processo de mudança que consome tempo para as necessárias adaptações e requer providências indispensáveis para o bom funcionamento do ensino inclusivo.

Capitulo XIX

Dia da Síndrome

No dia 21 de março, o mundo comemora o Dia Internacional da Síndrome de Down. A data remete à luta para a inclusão das pessoas com a deficiência nas escolas, no mercado de trabalho e nas relações sociais. Em consequência desse data visa chamar a atenção especialmente das pessoas pouco informadas sobre as capacidades das pessoas com a Síndrome de Down. Elas possuem tantas outras características quanto os demais seres humanos, ou seja, a síndrome não as define. É muito importante que todos saibam

do 21/03 que cada pessoa com síndrome de Down também tem gostos específicos, personalidade própria e individual, habilidades e vocações distintas entre si. Portanto, devem ser evitados os "rótulos" em respeito à




individualidade de qualquer ser humano, esse tipo de generalização não deve ser aplicada a nenhum grupo, nem a este, por melhor que seja a intenção de quem o faz.

Censo Escolar revelam que houve um crescimento expressivo nas matrículas de pessoas com deficiência na educação básica regular, ou seja, em turmas em que também estudam crianças sem deficiência. No ano de 2014, eram 698.768 alunos especiais matriculados em classes comuns.

Em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matriculas e 79% delas em turmas comuns. "Se considerarmos somente as escolas públicas, o percentual de inclusão sobe para 93% em classes comuns", explicou a diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Martinha Clarete dos Santos.

Capitulo XX

Síndrome de Down no mercado de trabalho

Benefícios mútuos entre pessoas com síndrome de Down e as empresas onde trabalham A inclusão de pessoas com síndrome de Down no mercado de trabalho é um caminho que aparentemente traz benefícios mútuos. Por um lado, o trabalho influência de maneira significativa a melhoria da qualidade de vida dos profissionais com síndrome de Down. Por outro, a presença desses profissionais no ambiente de trabalho pode gerar melhorias na saúde organizacional das empresas. Ao trabalhar, as pessoas com síndrome de Down têm a chance de ter sua qualidade de vida potencializada devido a novas relações sociais, aprendizados técnicos e desenvolvimento de autonomia.

O ambiente empresarial e as funções que nele exercem podem contribuir para a prática da colaboração, do respeito e da liberdade. As próprias pessoas com essa síndrome reconhecem a importância do trabalho em sua rotina. Durante a vida adulta, é principalmente o trabalho que proporciona a essas pessoas o sentimento de inclusão social. Além dos próprios colaboradores, os familiares de pessoas com síndrome de Down também enxergam diversos ganhos na qualidade de vida de seus parentes. Segundo eles, o ambiente de trabalho, menos protegido que o de casa e o da escola, acelera o desenvolvimento, proporcionando um aprendizado que não pode ser adquirido em outros ambientes.

As empresas também obtêm ganhos, pois as pessoas com síndrome de Down tendem a apresentar características que promovem reações positivas no ambiente de trabalho, às quais podem contribuir para a melhoria na saúde organizacional (Quadro

Claramente não podemos fazer generalizações quanto ao comportamento das pessoas com síndrome de Down, mas algumas características se destacaram em múltiplas entrevistas com gestores e em focos grupos com colaboradores que convivem diariamente com pessoas com síndrome de Down no ambiente de trabalho.

Direito ao trabalho ajuda na inclusão do portador de Síndrome de Down Eles são jovens e carregam o ímpeto da juventude e de todos os sonhos e dúvidas característicos da idade, mas com uma única e importante diferença: têm Síndrome de

Down (SD), o que não os impediu de lutarem, de sonhar e de acreditar que é possível vencer num país que ainda caminha na luta por igualdade social.

Vitor, hoje com 14 anos já quer entrar no mercado de trabalho, mais quando esta pandemia passar vamos procurar obter mais informações para o jovem aprendiz.

Quando pergunta qual a profissão que ele quer exercer ele responde médico de bebê ou seja um Pediatra.



Foto, trabalho de escolar sobre Profissões apresentada na feira de ciências



Ensaio fotografico

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família, é o primeiro grupo que pertence o indivíduo é onde ele aprender através dos conhecimentos adquiridos o afeto, estímulo, apoio, respeito, sentir-se útil. A inclusão ainda está sendo um desafio em nossa sociedade, em grande parte das escolas há muita resistência quando se fala em diferenças e igualdade, a verdadeira inclusão deve partir da escola.

Enquanto não houver conscientização e aceitação por parte dos professores, as crianças não serão tratadas com o respeito que merecem. Ainda hoje não se olha para as crianças por seus sonhos e suas expectativas, mas por sua deficiência e necessidade.

A inclusão por parte do professor é o primeiro passo a ser dado em direção a caminhada da inclusão. No entanto, o processo de inclusão é um desafio tanto para as crianças como para seus colegas e professores.

A inclusão não é só para o deficiente, é para todos que têm algum tipo de dificuldade. Esse é o repensar da educação, em todas as suas situações, é um processo de formação de cidadão.

Na verdade, toda convivência saudável entre amigos e familiares, colegas e sociedade, de maneira atenta a todo tipo de diversidade, é sempre muito enriquecedora. O mesmo acontece quando você tem a oportunidade assim como eu tenho de conviver com uma pessoa com a Síndrome de Down. Olhe para ela, e não para a síndrome, e você vai descobrir um ser humano tão incrível quanto você que nos enchem de carinho, amor e respeito todos os dias.

Quando a família se sente apoiada pela escola, esse sentimento se reflete também sobre a criança, criando um clima favorável ao trabalho. Os pais precisam se sentir tão incluídos quanto seus filhos. Quando chegam à escola, se preocupam e ficam ansiosos, pois, muitos deles irão tomar conhecimento que a criança apresenta alguma deficiência e temem que seus filhos sejam discriminados.

É fundamental evidenciar que na escolarização de uma criança com deficiência estão envolvidos, além da própria criança, seus pais e os educadores. Cabe

à escola acolher essa criança, fazer o que estiver ao seu alcance para que se beneficie do contexto escolar e usufrua das mesmas obrigações e direitos das outras crianças.

Nessa direção temos consciência que todas essas reflexões teóricas preconizando a inclusão escolar, não serão concretizadas por um ato, ou legalizações, mas sim em um processo cultural que envolve a sociedade, quebrando preconceitos e se renovando a cada dia.

No Brasil, a política de inclusão escolar e social é reconhecida a partir do direito de todos os alunos matricularem-se na rede regular de ensino, de qualquer estado ou município. Essa política determina que as escolas devam estar aptas a trabalhar com as diferenças. No entanto, o que se observa é que a adaptação desses alunos é muito difícil. Principalmente, pela má preparação dos professores e consequentemente, de toda a instituição, é preciso a conscientização da necessidade de uma formação continuada dos professores com a intenção de capacitá-los para rece-

berem e atenderem os alunos no dia-a-dia com suas dificuldades, bem como a presença de professores auxiliares que possam dedicar uma atenção exclusiva ao aluno com necessidades educacionais especiais, uma vez que o professor regente da sala não pode ignorar o restante da turma, o cumprimento do planejamento e a aplicação dos conteúdos.

Essa conscientização se faz necessária em todo o âmbito escolar para que esses alunos com deficiência tenham as mesmas oportunidades e que não sejam "inferiorizados" devido as suas diferenças. Considerando todo o nosso trabalho, acreditamos que para termos uma educação inclusiva, tanto a escola como a família devem estar aliadas na cooperação dos trabalhos pedagógicos dos alunos, onde a família não se distancia de sua responsabilidade diante o desenvolvimento da criança

Felizmente, o número de brasileiros que apresentam alguma deficiência e buscam as escolas regulares está aumentando. O aumento da chamada educação inclusiva está aumentando a cada ano que passa, procurando se fortalecer e se consolidar, está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

A inclusão cresce realmente a cada ano e o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos também acompanha esse crescimento. O que se busca é uma escola em que os alunos aprendam a conviver com a diferença e se tornem cidadãos solidários. O professor é fundamental nesse processo, pois é ele quem conduzirá sua aula para que essa realidade aconteça com o acesso à educação, à participação e à igualdade de deveres e direitos, diminuindo diferenças e contribuindo para a eliminação de preconceitos. Esse é um processo que se desenvolverá a partir de

desafios a fim de satisfazer as necessidades de aprendizagem de todos os educandos em escolas de ensino regular. A escola deve ser um lugar onde essas crianças desenvolvam a sua autoconfiança para que possam falar sobre seus desejos sozinhas, sem que outra pessoa diga isso por elas, construindo um futuro dentro de suas ocupações sociais, juntamente com seus colegas.

A resposta educativa à diversidade e a igualdade em educação é, sem dúvida, um dos desafios mais importantes da atualidade, alcançar os objetivos da prática educativa requer mudanças nas concepções, nas atitudes e no envolvimento de todo o quadro docente e, principalmente das instituições governamentais, em âmbito de políticas sociais e econômicas, fazendo com que a realidade do princípio da educação seja, realmente, responsabilidade de todos

Os profissionais da área da educação precisam estar atentos para as particularidades da aprendizagem de cada aluno com deficiência, respeitando-os e atendendo-os como cidadãos capazes, detentores dos mesmos direitos de todos os demais alunos dentro de uma sociedade igualitária e, ainda é preciso redimensionar as diretrizes norteadoras da ação dos órgãos públicos, da ação governamental global, dos investimentos financeiros, etc., a partir da visão dinâmica das condições da pessoa com deficiência não deve ser estigmatizado como aquele que não aprende e que não tem nada a ensinar.

Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, deficiência. Uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; uma sociedade que abrigue e aprecie a diversidade humana; uma sociedade cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para que todos desenvolvam seu potencial.

Conclui-se, a partir das leituras realizadas, que a escola deve oferecer às crianças com deficiência uma série de estímulos úteis ao seu desenvolvimento. Estímulos corretos, nos momentos certos, acompanhados de amor, carinho, afeto, compreensão e apoio certamente contribuirão para o desenvolvimento do potencial da criança, fazendo com que chegue à idade adulta como um ser feliz e socialmente útil, pois aprendeu no convívio em sociedade.

Vamos ajudar construir um modelo de educação e de escola, onde todas as crianças possam conviver e estudar juntas, movidas pela solidariedade, cooperação e amizade.

